

Lista de classificação final

	Candidato	Avaliação da discussão curricular	Prova prática	CF
1.º	António José dos Santos Silva	13,1	14,5	13,8
2.º	Maria Isabel Domingues Poças Santos	10,7	14,9	12,8
3.º	Carlos Alberto Faria Ferreira	13,3	12,1	12,1

Candidatos Excluídos:

Maria Natalina Gameiro Rodrigues a)
Cesário Ilídio Andrade Silva b)

a) Desistiu

b) Faltou à avaliação da discussão curricular e prova prática

25 de maio de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., José Manuel Azenha Tereso.

209622422

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Despacho n.º 7432/2016

Delegação de Competências — ACES Alentejo Central

Nos termos dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da faculdade conferida pelo artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, republicado no Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro, a Diretora Executiva do ACES Alentejo Central, Dr.ª Teresa Maria Miguéns Sousa Machado Caldas de Almeida, delega nos seguintes profissionais do ACES Alentejo Central, a saber, Dr.ª Margarida Rosária Casas Novas Alexandrino Evaristo (UCSP Arraiolos), Dr. José António Barriga Perez (UCSP Borba), Dr.ª Hermínia José Ramalho Cabrita Fernandes Caeiro (USF Alcáides), Dr.ª Maria de Fátima Nogueira Breia (UCSP e SUB Montemor), Enf. Fernando Manuel Pinheiro Roques (Coordenadores de UCCs, enfermeiros chefes, assistentes operacionais UCSP Reguengos e Mourão, enfermeiros e assistentes operacionais UCSP Viana do Alentejo), delega competência para a prática dos seguintes atos:

1 — Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos funcionários da unidade orgânica;

2 — Justificar ou injustificar faltas dos funcionários da sua unidade orgânica;

3 — Autorizar o gozo de férias dos funcionários da unidade orgânica;

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de maio de 2016, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes delegados, foram praticados pelos profissionais mencionados.

18 de maio de 2016. — A Vogal do Conselho Diretivo, Paula Alexandra Ribeiro Marques.

209622277

Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.

Aviso (extrato) n.º 7130/2016

Nos termos do n.º 5 da cláusula 26.ª do Acordo Coletivo de Trabalho que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de recrutamento para postos de trabalho da carreira médica no âmbito das entidades prestadoras de cuidados de saúde que revistam natureza empresarial, foi por despacho do Sr. Presidente do Conselho Diretivo, Dr. João Moura Reis, datado de 20 de maio de 2016, homologada a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento de recrutamento simplificado destinado ao preenchimento de 1 posto de trabalho para a categoria de assistente hospitalar, da área de Imunoalergologia, divulgado pelo Aviso n.º 1572-B/2015, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 10 de fevereiro de 2015.

Nome	Classificação (valores)
1.º Jorge Emanuel Carvalho da Costa Viana.	17,68

A presente lista encontra -se disponível para consulta na página eletrónica desta ARS Algarve, IP, (www.arsalgarve.min-saude.pt).

24 de maio de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., Dr. João Manuel da Silva Moura dos Reis.

209618795

Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro — Rovisco Pais

Aviso (extrato) n.º 7131/2016

Procedimento concursal comum para preenchimento de dezanove postos de trabalho da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro — Rovisco Pais.

Para efeito do disposto no n.º 10.4 do aviso de abertura n.º 8415/2015, 2.ª série do DR, n.º 149, de 3 de agosto de 2015, do procedimento concursal para preenchimento de dezanove postos de trabalho, na categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, existente no mapa de pessoal do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro — Rovisco Pais, faz-se público que se encontra afixada no placard do Serviço de Recursos Humanos desta instituição, e publicado no site da mesma, no endereço www.roviscopais.min-saude.pt, a lista unitária de ordenação final dos candidatos.

30 de maio de 2016. — O Presidente do Conselho de Administração, Dr. Victor Manuel Romão Lourenço.

209622382

Direção-Geral da Saúde

Despacho n.º 7433/2016

O Despacho n.º 6401/2016, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, de 11 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio, determinou o desenvolvimento, pela Direção-Geral da Saúde e no âmbito do Plano Nacional de Saúde, de programas prioritários em 11 áreas.

De acordo com o referido despacho, a nomeação dos Diretores das áreas é feita pelo Diretor-Geral da Saúde, obtida a concordância do membro do Governo responsável pela área da Saúde, sendo o mesmo procedimento aplicável para a designação dos profissionais de saúde que coadjuvam os Diretores.

Assim, no cumprimento dos n.ºs 2 e 3 do Despacho n.º 6401/2016, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, de 11 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio, e obtida a concordância do membro do Governo responsável pela área da Saúde, determino:

1 — É nomeada Diretora para a área da Prevenção e Controlo do Tabagismo a Professora Doutora Emília Martins Nunes, Assistente Graduada Sênior da Direção-Geral da Saúde, a quem cabe especialmente:

a) Promover e dinamizar o estudo permanente da situação estatística e epidemiológica do consumo de tabaco e das suas repercussões na saúde da população portuguesa;

b) Promover a implementação do cumprimento das obrigações assumidas por Portugal no âmbito da Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco da Organização Mundial da Saúde;

c) Promover a implementação do cumprimento das obrigações decorrentes da aplicação das Diretivas da União Europeia e das Recomendações do Conselho Europeu nesta matéria;

d) Desenvolver ações e iniciativas que visem a prevenção do consumo de tabaco, a promoção da cessação tabágica e a proteção contra a exposição ao fumo ambiental do tabaco;

e) Identificar as necessidades de formação em cessação tabágica dos profissionais de saúde dos Agrupamentos de Centros de Saúde, ou de serviços hospitalares pertinentes, e a organização ou promoção de formação de âmbito nacional;

f) Promover a colheita e análise de dados referentes à utilização das consultas de apoio intensivo à cessação tabágica e à sua efetividade;

g) Incentivar a elaboração de estudos ou relatórios que permitam acompanhar o grau de cumprimento da legislação de prevenção e controlo do tabagismo e a sua aceitabilidade social;

h) Elaborar propostas de revisão da legislação em vigor, em matéria de prevenção e controlo do tabagismo, à luz das recomendações da Organização Mundial da Saúde e da União Europeia nesta matéria.